

EDITAL

MARCO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR:

Torno público, nos termos do disposto na alínea t) do nº 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o meu despacho de 06 de setembro de 2019, que produz efeitos a partir de 09 de setembro de 2019, de delegação e subdelegação de competências na Vereadora Senhora Dra. **Maria Aurora Moura Vieira**, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

E eu, *Dr. do Pei Santos*, Técnica Superior o subscrevo.

Paços do Município de Gondomar, 06 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,


(Dr. Marco Martins)

**GONDOMAR**

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

DESPACHO**DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1 - Nos termos do nº 1 do artigo 56º e do nº 4 do artigo 58º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, por despacho de 27 de outubro de 2017, a **Dra. Maria Aurora Moura Vieira**, foi designada como Vereadora de Apoio à Presidência, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**, a quem ficam afetas a coordenação e supervisão de todas as atividades a desenvolver nos seguintes âmbitos e pelouros_

- Educação
- Recursos Humanos e Formação
- Cidadania e Participação
- Modernização Administrativa e Atendimento e Inovação

2 – À Senhora Vereadora incumbe, ainda, a gestão corrente, designadamente o acompanhamento do funcionamento, a gestão de horários, as autorizações de cedência e/ou ocupação e o reporte de necessidades de intervenção, dos seguintes equipamentos municipais:

- Balcão Único/Praça do Cidadão;
- Espaços Cidadão
- Jardins-de-infância e escolas dos vários ciclos, propriedade do município ou cuja gestão lhe esteja confiada, em função de acordos celebrados com o Governo, em articulação com os agrupamentos de escolas.

3 – Assim, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 36º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, ficam **DELEGADAS na referida Vereadora**, nos âmbitos antes indicados, as seguintes competências:

- a) Representar o município em juízo e fora dele - alínea a) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- b) Assinar e visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos – alínea l) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- c) Promover a publicação das decisões ou deliberações - alínea t) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais – alínea a) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal – alínea c) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação – alínea d) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- g) Outorgar contratos em representação do município – alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- h) Conceder licenças policiais ou fiscais, nos termos da lei, regulamentos e posturas – alínea m) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9.

4 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal, de 26/10/2017, me foram delegadas competências, nos termos do disposto no Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, ficam **SUBDELEGADAS, na referida Vereadora**, nos âmbitos antes indicados, nos termos do nº 2 do artigo 36º, da Lei antes referida, assim como ao abrigo dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, as seguintes competências:

- a) Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade (al. q), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013);
- b) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central - alínea r) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- c) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património - alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;



- d) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos - alínea x) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares (al. *gg*), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013);
- f) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição - alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- g) Afetação de pessoal não docente colocado nos Agrupamentos de Escola aos diferentes estabelecimentos de ensino - artigo 5º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28/7, e artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- h) Gestão de férias e faltas do pessoal não docente afeto a cada agrupamento –artigo 5º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28/7, e artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- i) Procedimentos de proposta de avaliação, homologação das avaliações de desempenho e decisão de reclamações – artigo 5º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28/7, e artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- j) Instaurar e instruir procedimentos disciplinares –artigo 5º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28/7, e artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- k) Atribuir a licença para a realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo - artigo 18º nº 1 do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18/12, na sua redação atual;
- l) Licenciatar as tradicionais fogueiras de Natal e dos Santos Populares, estabelecendo as condições para a sua efetivação, tendo em conta as precauções necessárias à segurança das pessoas e bens – artigos 3º e 39º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18/12, na sua redação atual;
- m) A revogação das licenças concedidas nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18/12 - artigos 3º e 51º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18/12, na sua redação atual;
- n) Conceder licenças de publicidade, nos termos da Lei 97/88, de 17/8, na sua redação atual;
- o) Determinar a remoção de mensagens de publicidade ou de propaganda, bem como, embargar e demolir obras quando contrárias à Lei n.º 97/88, 17/8, na sua redação atual,

9



- e, em suma, exercer as demais competências que pela referida lei são cometidas à Câmara Municipal;
- p) Exercer todas as competências previstas no âmbito do regime jurídico do acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01;
 - q) Praticar todas as competências previstas no âmbito do regime jurídico aplicável à manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes – Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28/12;
 - r) Praticar todas as competências previstas no âmbito do regime de instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos – Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16/12, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29/9);
 - s) Fiscalizar a observância do disposto no capítulo VI do Decreto-Lei n.º 310/2002 (Regime de exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão);
 - t) Licenciamento de atividades ruidosas temporárias – Regulamento Geral do Ruído – Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual;
 - u) Licenciamento do uso do fogo e queimadas - artigo 26º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual;
 - v) Autorização para lançamento de fogo-de-artifício - artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual;
 - w) Criação e extinção do serviço de guarda-noturno em cada localidade, bem como a fixação e modificação das áreas de atuação de cada guarda, ouvidos os comandantes das forças de segurança territorialmente competentes – artigos 17º e 40º da Lei n.º 105/2015, de 25/8;
 - x) Atribuir licença para organizar provas desportivas e outros divertimentos públicos, nas vias, jardins e demais lugares públicos, ao ar livre, salvo quando tais atividades decorram em recintos já licenciados pela Direcção-Geral dos Espetáculos – artigos 3º e 29º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18/12, na redação atual.



GONDOMAR

1834


MUNICÍPIO DE GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR
Presidência

Paços do Município de Gondomar, 6 de setembro de 2019

O presente despacho produz efeitos a 9 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)